



AGÊNCIA
PORTUGUESA
DO AMBIENTE

1º Aditamento à Licença Ambiental nº 369/0.1/2010

Nos termos da legislação relativa à Prevenção e Controlo Integrados da Poluição (PCIP), é concedida a Licença Ambiental ao operador

GESAMB – Gestão Ambiental e de Resíduos, EIM

com o Número de Identificação de Pessoa Coletiva (NIPC) 506 346 773, para a instalação

Aterro Sanitário Intermunicipal do Distrito de Évora e Unidade de Tratamento Mecânico e Biológico

sita em Estrada das Alcáçovas – EN 380, na freguesia de N.ª Sr.ª da Tourega concelho de Évora, para o exercício da atividade de

Deposição de resíduos em aterro e tratamento de resíduos não perigosos

incluídas nas categorias 5.3 b) i), 5.3 b) iii) e 5.4 do Anexo I do Decreto-Lei n.º 127/2013, de 30 de Agosto, e classificada com a CAERev.3 n.º 38212 (Tratamento e eliminação de outros resíduos não perigosos) e de acordo com as condições fixadas no presente documento.

O prazo de validade da presente licença é 9 de Abril de 2020.

Amadora, 27 de Julho de 2016

A Vogal do Conselho Diretivo da APA, I.P.

Ana Teresa Perez

Adp

Âmbito

O presente aditamento é emitido no âmbito do pedido de Licenciamento Ambiental da Unidade de Tratamento Mecânico e Biológico e da Linha de Produção de Combustíveis Derivados de Resíduos que integram as instalações do Aterro Sanitário Intermunicipal de Distrito de Évora, que pertence à GESAMB – Gestão Ambiental e de Resíduos, EIM.

Uma vez que a GESAMB é detentora de Licença Ambiental válida, o presente aditamento acrescenta as informações referentes aos tratamentos de resíduos mencionados, passando a fazer parte integrante da Licença Ambiental (LA) nº 369/0.1/2010, de 9 de Abril.

Acresce ao quadro 3 do ponto 1.1 - Atividades desenvolvidas na instalação**Quadro 3 – Atividades desenvolvidas na instalação.**

Atividade Económica	CAE _{Rev. 3}	Designação CAE _{Rev. 3}	Categoria PCIP	Capacidade Instalada
Secundária	38212	Tratamento e eliminação de outros resíduos não perigosos	5.3 b) i	140 t/dia
			5.3 b) iii)	109,59 t/dia

Acresce ao quadro 4 do ponto 1.3 - Articulação com outros regimes jurídicos**Quadro 4 – Regimes jurídicos aplicáveis à atividade desenvolvida pela instalação.**

Regime jurídico	Identificação do documento	Observações
Decreto-Lei n.º 178/2006, de 5 de Setembro, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 73/2011, de 17 de Junho que estabelece o regime geral da gestão de resíduos	Unidade de Tratamento Mecânico e Biológico/Unidade de Produção de Combustíveis Derivados de Resíduos	Autoridade competente: CCDR-Alentejo

Alterações ao ponto 1.4 - Validade**Onde se lê:**

A Licença Ambiental tem uma validade de 10 anos, excepto se ocorrer, durante o seu prazo de vigência, algum dos itens previstos no n.º 3 do Art.º 20º do Decreto-Lei n.º 173/2008, de 26 de Agosto (Diploma PCIP) que motivem a sua renovação.

Passa a ler-se:

A Licença Ambiental tem uma validade de 10 anos, excepto se ocorrer, durante o seu prazo de vigência, algum dos itens previstos no Art.º 19º do Decreto-Lei n.º 127/2013, de 30 de Agosto (REI) que motivem a sua renovação.

Onde se lê:

Ao abrigo do n.º 1 do Art.º 21º do Diploma PCIP, a LA caduca se, decorridos dois anos sobre a data da sua notificação ao operador, não tiver sido dado início à exploração do projecto apresentado relativo à alteração substancial, exceptuando-se os casos previstos no n.º 2 do mesmo artigo.

Passa a ler-se:

A LA passa a considerar-se caduca caso ocorra alguma das situações previstas no Art.º 22º do REI.

Acresce ao ponto 2.1.1 - Águas de abastecimento

A água para abastecimento à Unidade de Tratamento Mecânico e Biológico (TMB) e a Linha de Produção de Combustíveis Derivados de Resíduos (CDR) é proveniente do furo de captação de água subterrânea AC1, cujo Título de Utilização de Recursos Hídricos (TURH) se encontra no Anexo II.1 da LA.

Amf

Acresce ao ponto 2.2.1 – Emissões para o ar:**2.2.1.3.4 Emissões Difusas da Unidade de TMB e da Linha de Produção de CDR**

Ocorrem na instalação emissões difusas para o ar decorrentes das lagoas de regularização da ETAL e Unidade de TMB.

Acresce ao ponto 2.2.2 - Emissões de Águas Residuais e Pluviais:

Os efluentes produzidos na Unidade de TMB e na Linha de CDR incluem:

- os lixiviados provenientes dos túneis de compostagem e águas de lavagens;
- as águas residuais domésticas provenientes das instalações de apoio (sanitários, balneários, refeitório).

Acresce ao ponto 2.2.2.2 - Pontos de Emissão

Os pontos de emissão de águas residuais provenientes da Unidade de TMB e da Linha de CDR são em EH1 e EH4, que se encontram descritos no Quadro 11 da LA.

As condições de descarga ocorrem de acordo com o Título de Utilização de Recursos Hídricos, constantes do Anexo II.2, do presente aditamento.

ACRESCE AO PONTO 3 - MTD UTILIZADAS E MEDIDAS A IMPLEMENTAR

O funcionamento da Unidade de TMB e da Linha de CDR prevê, a utilização de várias das técnicas identificadas como Melhores Técnicas Disponíveis (MTD) para as atividades desenvolvidas estabelecidas nos seguintes Documentos de Referência no âmbito PCIP (BREF), sectoriais e transversais, aplicáveis à instalação, que se encontram adotados pela Comissão Europeia, cuja respetiva notícia de adoção está publicada em Jornal Oficial das Comunidades (JOC):

- *Reference Document on Best Available Techniques for Waste Treatments Industries* – BREF WT, Comissão Europeia (publicado em JOC 2006/C 257/06);
- *Reference Document on General Principle of Monitoring* – BREF MON, Comissão Europeia (publicado em JOC 170, de 19 de Julho de 2003);

As MTD do documento de referência "*Reference Document on Best Available Techniques for Waste Treatment Industries*" (BREF WT) aplicáveis instalação são as seguintes:

- MTD Genéricas (Gestão Ambiental):
 1. Sistemas de gestão ambiental
 2. Manter registos detalhados das atividades no local
 3. Implementação de procedimento de boas práticas internas
 4. Existência de uma relação privilegiada com o cliente/produtor dos resíduos
 5. Disponibilidade de pessoal qualificado
- MTD Genéricas (Receção de Resíduos na Instalação):

6. Conhecimento detalhado dos resíduos sujeitos a tratamento
 7. Implementar um procedimento de aceitação prévia
 8. Implementação de um procedimento de aceitação
 9. Implementar procedimentos de amostragem
 10. Existência de uma unidade de receção
- MTD Genéricas (Produção de Resíduos):
 11. Análise da saída de resíduos
 - MTD Genéricas (Sistemas de Gestão):
 12. Rastreabilidade no tratamento dos resíduos
 13. Regras de mistura/ homogeneização
 14. Procedimentos de segregação e compatibilidade
 15. Eficiência do tratamento de resíduos
 16. Plano de gestão de acidente
 17. Registo de incidente
 18. Plano de gestão de ruído e vibrações
 19. Plano de desativação
 - MTD Genéricas (Gestão da Energia e Matérias-primas):
 20. Consumo e produção de energia
 21. Eficiência energética
 22. Aferição do desempenho interno
 23. Utilização de resíduos como matérias-primas
 - MTD Genéricas (Armazenamento e Manipulação):
 24. Técnicas gerais de armazenamento
 25. Barreiras de contenção
 26. Marcação das condutas
 27. Armazenamento/acumulação de resíduos
 28. Técnicas genéricas de manuseamento
 29. Técnicas de agrupamento/mistura de resíduos acondicionados
 30. Guia de segregação para o armazenamento
 31. Técnicas para manuseamento de resíduos contentorizados
 - MTD Genéricas (Outras Técnicas Não mencionadas):
 32. Utilização de sistemas de ventilação durante as operações decorte, trituração e crivagem
 33. Encapsolamento da operação de trituração de resíduos especiais
 34. Lavagem
 - MTD Genéricas (Emissões Atmosféricas):

Arp

35. Utilização de tanques, cubas e reservatórios enterrados abertos
 36. Sistema de extração em instalações de redução da contaminação
 37. Sistema de extração calibrados, para alguns tratamentos e armazenamentos
 38. Funcionamento e manutenção de equipamentos de redução da contaminação
 39. Sistema de lavagem de emissões gasosas inorgânicas
 40. Procedimentos para a detecção e reparação de fugas
 41. Redução dos níveis de emissões de COV e partículas
- MTD Genéricas (Emissões de Águas Residuais):
 42. Utilização da água e sua contaminação
 43. Especificação adequada dos efluentes ao sistema de tratamento de efluentes no local ou aos critérios de descarga
 44. Procedimentos para evitar que os efluentes contornem os sistemas de tratamento da instalação
 45. Recolha de águas residuais
 46. Segregação dos diferentes tipos de águas residuais
 47. Impermeabilização em betão de todas as áreas de tratamento
 48. Recolha de águas pluviais
 49. Reutilização de águas residuais tratadas e de águas pluviais
 50. Verificação diária do sistema de gestão de efluentes e manutenção de um registo
 51. Identificação das principais substâncias e produtos perigosos dos efluentes tratados
 52. Técnicas adequadas de tratamento das águas residuais para cada tipo de águas residuais
 53. Aumento da fiabilidade do desempenho das técnicas de controlo e redução das emissões para as águas residuais
 54. Principais componentes das águas residuais tratadas
 55. Descarga de águas residuais
 56. Alcançar os níveis, de emissões, desejados, tendo em conta as MTD utilizadas
 - MTD Genéricas (Gestão dos Resíduos Produzidos):
 57. Planeamento da gestão de resíduos produzidos
 58. Utilização de embalagens reutilizáveis
 59. Reutilização de tambores
 60. Existência de um inventário dos resíduos no local
 61. Reutilização de resíduos
 - MTD Genéricas (Contaminação do Solo):
 62. Preparação e manutenção da superfície das áreas operacionais
 63. Impermeabilização da superfície das áreas operacionais e redes de drenagem

64. Redução da dimensão da unidade de tratamento e do uso de reservatórios/tubagem enterrados

- MTD Tratamento Biológico

65. Armazenamento e manipulação dos sistemas biológicos

66. Tipos de Resíduos e processos de separação

67. Técnicas para a digestão anaeróbia

68. Reduzir as emissões para o ar de partículas, óxidos de azoto, óxidos de enxofre, monóxido de carbono, sulfureto de hidrogénio e compostos orgânicos voláteis na utilização de biogás enquanto combustível

69. Técnicas para os tratamentos mecânicos e biológicos

70. Reduzir as emissões do odor, da amónia, óxido nítrico, e mercúrio do tratamento mecânico e biológico

71. Reduzir as emissões para a água de azoto total, amónia, nitratos e nitritos

Deverão ser periodicamente reanalisados pelo operador os BREF aplicáveis, de forma a equacionar as eventuais MTD constantes nesses documentos e com potencial de aplicação à instalação, ainda não avaliadas e/ou ainda não implementadas. Deverão igualmente ser criados mecanismos de acompanhamento dos processos de elaboração e revisão desses BREF, de forma a garantir a adoção pela instalação das MTD estabelecidas ou a estabelecer nesse âmbito,

Sempre que forem planeadas ações de alteração/melhoria nos processos/atividades existentes na instalação, deverá o operador assegurar que é efetuada a devida reanálise aos BREF aplicáveis, com vista à consideração e adoção das MTD com potencial de aplicação ao caso específico em análise, tendo igualmente presente como objetivo a adequação aos valores de emissão associados (VEA) ao uso dessas MTD, sempre que disponíveis.

ALTERAÇÃO DO PONTO 6 – RELATÓRIO AMBIENTAL ANUAL PARA PONTO 6 - RELATÓRIOS

Com a introdução do novo Ponto 6 – Relatórios, o antigo ponto 6 - Relatório Ambiental Anual, passa a 6.1 – Relatório Ambiental Anual.

Acresce ao novo ponto 6.1 – Relatório Ambiental Anual

O relatório ambiental anual deverá ser entregue até ao dia 30 de abril do ano seguinte ao ano de reporte, em formato digital (pen, CD ou DVD, p. ex.). O RAA pode ser enviado por correio eletrónico para IPPC@apambiente.pt.

MTD's Utilizadas e Medidas a Implementar (ponto 3).

Em cada RAA deverá o operador integrar um relatório síntese dos resultados da aplicação das diferentes medidas sistematizadas.

Adicionalmente, sempre que relevante, em cada RAA deverão ainda ser explicitadas as ações de continuidade propostas e respetiva calendarização, para fins de continuação do plano de ações de melhoria ambiental.

Introdução do ponto 6.2 - Relatório de Base

De acordo com o previsto no Art.º 42.º do DL n.º 127/2013, de 30 de agosto, e Declaração de Retificação n.º 45-A/2013, de 29 de outubro (REI), as instalações onde se desenvolvem atividades que envolvem a utilização, produção ou libertação de substâncias perigosas relevantes devem submeter à APA um Relatório de Base. Este relatório destina-se a permitir estabelecer uma comparação quantitativa com o estado do local após a cessação definitiva das atividades.

De modo a determinar a necessidade de elaboração do Relatório de Base, deverá ser apresentada, num prazo máximo de 6 meses após a emissão deste aditamento, a avaliação das substâncias perigosas relevantes, efetuada de acordo com o previsto nas Diretrizes da Comissão Europeia respeitantes aos relatórios de base nos termos do artigo 22.º, n.º 2, da Diretiva 2010/75/UE relativa às emissões industriais (publicadas a 6 de maio de 2014, com o número 2014/C 136/03 e disponíveis para consulta em <http://eur-lex.europa.eu/>).

Introdução do Ponto 6.3 - Plano de Desempenho Ambiental

O operador deve estabelecer e manter um Plano de Desempenho Ambiental (PDA) que integre todas as exigências introduzidas à licença ambiental e as ações de melhoria ambiental a incluir de acordo com estratégias nacionais de política do ambiente e MTD aprovadas ou a aprovar para o sector de atividade, com o objetivo de minimizar, ou quando possível eliminar os efeitos adversos no ambiente.

Adicionalmente, deverá também evidenciar as ações a tomar no âmbito do mencionado em pontos anteriores, nomeadamente no que se refere a:

- Apresentação da indicação das MTD já implementadas (listadas no ponto – 3 deste aditamento);
- Explicitação, análise e calendário de implementação das várias medidas a tomar com vista à adoção das diferentes MTD ainda não contempladas na instalação, decorrentes dos BREF aplicáveis;
- Para eventuais técnicas referidas nos BREF mas não aplicáveis à instalação, deverá o operador apresentar a fundamentação desse facto, tomando por base nomeadamente as especificidades técnicas dos processos desenvolvidos, e consagrar alternativas ambientalmente equivalentes.
- Indicação das medidas adotadas para a minimização das emissões com origem nas fontes de emissões difusas identificadas

Acresce referir que a eventual não aplicação de alguma das MTD mencionadas no ponto 3, deverá ser justificada o BREF ECM - *Reference Document on Economics and Cross-media Effects*, com vista a apoiar uma análise custo-benefício, de forma a justificar a não implementação das mesmas.

O PDA incluirá a calendarização das ações a que se propõe, para um período máximo de **um ano** clarificando as etapas e todos os procedimentos que especifiquem como prevê o operador alcançar os objetivos e metas de desempenho ambiental para todos os níveis relevantes, nomeadamente os aspetos decorrentes dos Documentos de Referência sobre MTD, tanto o sectorial como os relacionados com a atividade. Por objetivo, deve ainda incluir os meios para as alcançar e o prazo para a sua execução.

O PDA deve ser apresentado à APA em formato digital, num prazo de seis meses, após a emissão deste aditamento.

Um relatório síntese da execução das ações previstas no PDA deve ser integrado como parte do RAA correspondente.

Acresce às Abreviaturas

TMB	-	Tratamento Mecânico e Biológico
CDR	-	Combustível Derivado de Resíduos
PDA	-	Plano de Desempenho Ambiental
JOC	-	Jornal Oficial das Comunidades

Altera as Abreviaturas

Desaparece a linha:

IGAOT	-	Inspeção-geral do Ambiente e do Ordenamento do Território
-------	---	---

E inclui-se a linha:

IGAMAOT	-	Inspeção-geral da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território
---------	---	---

Acresce ao ANEXO I – Exploração da Atividade Industrial

AnP

Incluir no ponto 1. Descrição da Actividade**Unidade de Tratamento Mecânico e Biológico**

A unidade de Tratamento Mecânico e biológico divide-se em duas fases, o tratamento mecânico e o tratamento biológico.

A alimentação da linha de tratamento mecânico é efectuado através de um transportador de lamelas metálicas com tremonha (A-TP-001), a partir da fossa de receção pela ponte rolante com uma garra de 5 m³ de capacidade (A-PGR-01).

O transportador leva os resíduos desde a fossa de receção até ao tromel de selecção de volumosos, ou primário com malha 400 mm (A-TR1-01).

O tromel primário (A-TR1-01) tem uma estrutura de malha com espaços diferenciados de 250x250 mm e 400x400 mm, de forma a seleccionar os resíduos com granulometria superior a 400 mm. A fracção com granulometria inferior a 400 mm cai através das aberturas para um tapete (A-TP-002) de cinta. A fracção com granulometria superior a 400 mm circula no interior do tromel até cair sobre o tapete de cinta (A-TP-003) junto à saída do mesmo. Este tapete segue para uma cabine de triagem (A-CSE-01) onde é realizada a operação de pré-selecção manual. Esta pré-selecção serve para eliminar os materiais volumosos e os materiais que possam danificar os equipamentos a jusante. Estes resíduos são encaminhados por uma tremonha até um contentor de 40m³.

O material que segue nos tapetes (A-TP-002 e A-TP-003) é conduzido até ao abre sacos (A-ABR-01). Do abre sacos, os resíduos continuam por um transportador metálico (A-TP-004) que os conduz até ao tromel secundário (A-TR2-001), ou crivo de pré-seleção. Aqui os resíduos com granulometria igual ou inferior a 60 mm, que corresponderá à matéria orgânica, são separados dos restantes (resíduos com granulometria superior a 200 mm), que saem do tromel e são encaminhados para a linha de rejeitados.

A fracção orgânica é aquela que segue para compostagem.

O tapete A-TP-005 recebe a fracção orgânica do tromel. Este por sua vez descarrega nos tapetes A-TP-006, A-TP-007 e A-TP-008.

Em posição transversal ao tapete A-TP-008 está o separador magnético A-SMP-01 que capta o remanescente dos materiais ferrosos presentes na fracção orgânica. Estes materiais são depositados num contentor de 5 m³ aberto, posicionado abaixo do separador.

A fracção contendo a maior percentagem de embalagens do tromel é recolhida pelo tapete A-TP-009, que vai descarregar nos tapetes A-TP-010 e A-TP-011 que conduzem os resíduos ao separador balístico A-BL1-01.

O separador balístico separa as seguintes fracções de resíduos: rolantes, planos e finos. A fracção fina e os planos seguem para os rejeitados.

A fracção rolante cai sobre o tapete A-TP-036 e deste vai para o tapete A-TP-012, que conduz os resíduos para a zona de separação de embalagens, está posicionado um separador magnético (A-SMP-02) que capta o material fresco e o encaminha para um colector de 5 m³. A restante fracção rolante é descarregada pelo A-TP-012 sobre o alimentador vibrante (ALV-01) que descarrega o material para que este se disponha em toda a superfície da cinta aceleradora (A-TP-013) do primeiro equipamento de separação optica (A-SO2-01).

O separador óptico separa 3 fracções: brick, plástico e não plástico. O brick segue para triagem, de forma a retirar qualquer material contaminante que segue para rejeitados, o brick segue para armazenamento em silo.

O material não plástico cai sobre o separador de corrente de Foucault (A-SFO-01) que permite separar o alumínio, do restante material, que segue para rejeitados.

A fracção plástica do separador óptico A-SO2-01 é encaminhada para o segundo separador óptico (A-SO2-02), de onde resultam outras três fracções: PET, PEAD e MIX.

A fracção PET cai através de uma tremonha diretamente para o tapete A-TP-037, onde é efetuada uma triagem manual, de forma a rejeitar o material que não seja PET, bem como separar o material PET-óleo. O PET e o PET-óleo seguem para armazenagem nos respetivos silos.

A fracção MIX é armazenada diretamente em silo.

A fracção PEAD cai para o tapete A-TP-023, onde sofre, igualmente, triagem manual, rejeitando o material não PEAD, o restante segue para armazenamento em silo.

Todos os silos possuem no fundo um tapete reversível (A-TP-017, A-TP-018, A-TP-019, A-TP-020 e A-TP-021) que têm como função evacuar o conteúdo dos silos para o tapete A-TP-022, que alimenta a prensa multimaterial (A-PRM-022).

A restante fracção do tromel secundário segue até aos compactadores de rejeitados (A-CMF-01 e AQ-CMF-02). Em posição transversal ao tapete A-TP-028 encontra-se um separador magnético (A-SMP-03) cuja função é captar o material ferroso circulante.

Existe ainda um sistema de captação de filmes plásticos sobre o tapete A-TP-027 que capta os filmes e os conduz através de tubagens galvanizadas até à plataforma de triagem de filme de forma a eliminar contaminantes.

Após a compostagem da fracção orgânica, em túnel e em pilha de revolvimento, dada a existência de contaminantes, sobretudo inertes, o produto da pós-compostagem é sujeito a tratamento mecânico de afinação para separação e eliminação desses materiais.

Assim, a linha inicia-se com o alimentador dosificador ADH-01, constituído por um sistema de sem fins sobre o fundo da tremonha de carga. A carga é efetuada por auxílio de uma pá

AnP

carregadora móvel. A dosagem de saída do composto em bruto existente na tremonha do alimentador realiza-se por variação de velocidade do movimento dos sem fins através de um conversor de frequência.

O alimentador D-ADH-01 descarrega o material no interior da tremonha sobre o transportador de tela de borracha, D-TP-001, que o encaminha até ao crivo de malhas elásticas (D-CM1-01).

Os materiais com granulometria excessiva, rejeitados pelo crivo, são depositados num contentor. O produto crivado, de granulometria adequada, é recolhido pelos transportadores D-TP-002 e encaminhado à mesa densimétrica (D-MDE-01).

A mesa densimétrica, por meio de barras vibrantes e sistema de ciclones, faz a separação de três tipos de materiais por densidade:

- Ligeiros, tais como pequenos papéis e plásticos;
- Pesados, como pedras e vidros;
- Composto afinado.

Os ligeiros e pesados são recolhidos pelo tapete D-TP-005 e armazenados em pilha.

O composto afinado é recolhido pelos transportadores D-TP-003 e D-TP-004, e também é armazenado em pilha.

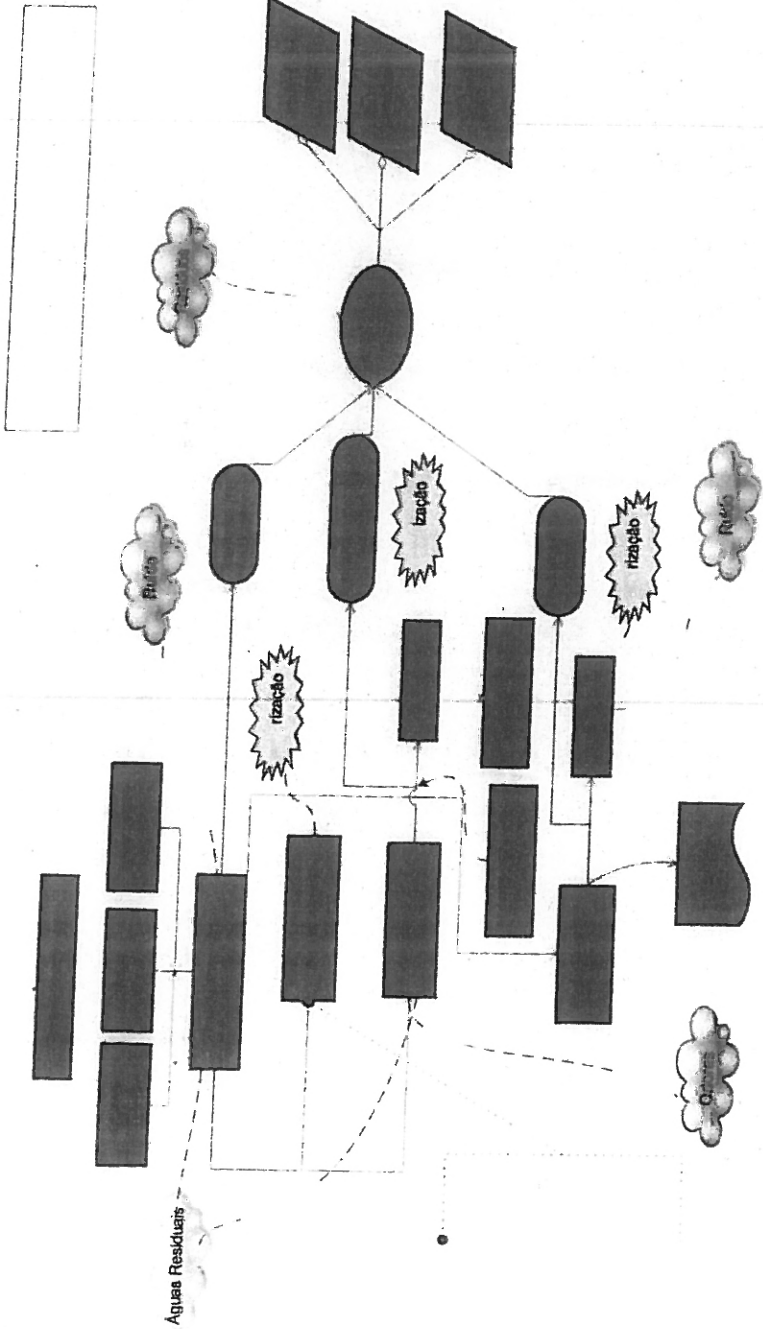
Linha de Produção de Combustível Derivado de resíduos

A linha de produção de CDR visa aproveitar os refugos do tratamento mecânico, da afinação do composto e da triagem de embalagens.

Esta Linha é composta por um triturador primário para a obtenção de uma granulometria inferior a 150 mm, seguindo para um separador leves-pesados para eliminação da fração inerte, após passar por separador de ferrosos, é sujeita a uma trituração secundária para a obtenção de uma granulometria de 25 mm com baixo teor de humidade, o que poderá implicar a secagem do produto.

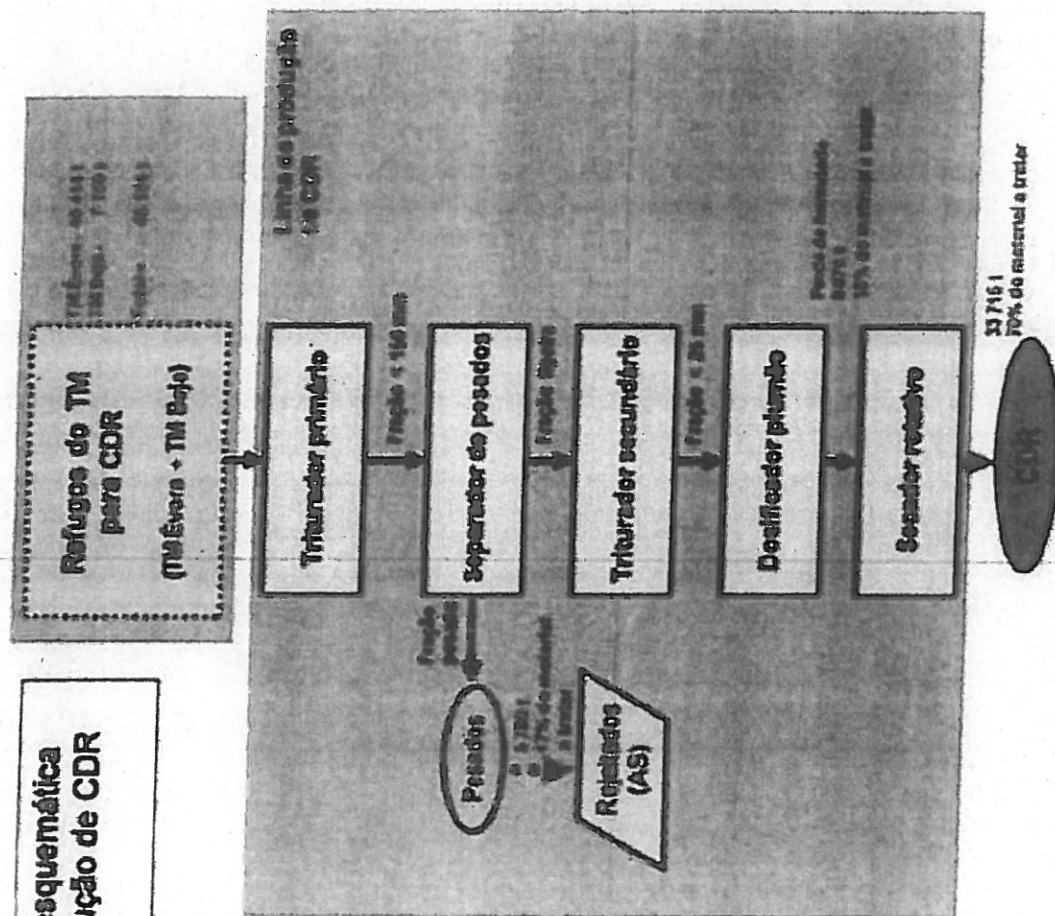
1º Aditamento à Licença nº 369/0.1/2010

Fluxograma da Unidade de Tratamento Mecânico e Biológico



Fluxograma da Linha de Produção de Combustível Derivado de Resíduos

Representação esquemática da linha de produção de CDR de Évora



Alteração ao ANEXO II - Títulos de Utilização de Recursos Hídricos

Anexo II.1: Autorização de Utilização dos Recursos Hídricos nº L009794.2016.RH6

Anexo II.2: Autorização de Utilização dos Recursos Hídricos nº CP010477.2015.RH5
000653.2017.RH6



AGÊNCIA
PORTUGUESA
DO AMBIENTE

Handwritten signature

Processo n.º: 450.10.04.01.008373.2016.RH6

Utilização n.º: L009794.2016.RH6

Início: 2016/07/25

Validade: 2019/07/25

Licença de Utilização dos Recursos Hídricos - Rejeição de Águas Residuais

Identificação

Código APA	APA00009532
País*	Portugal
Número de Identificação Fiscal*	506346773
Nome/Denominação Social*	GESAMB-Gestão Ambiental e de Resíduos, EIM
Morada*	Aterro Sanitário Intermunicipal, Estrada das Alcáçovas
Localidade*	ÉVORA
Código Postal	7000-175
Concelho*	Évora
Telefones	266748123
Fax	266 748 125

Caracterização do(s) tratamento(s)

Designação	ETAR do Parque de Gestão Ambiental da GESAMB
Nível de tratamento implementado	Mais avançado que o secundário
Tipo de tratamento	Osmose inversa, seguido de lagoas de macrófitas arejadas e desinfecção por cloragem
Caudal Máximo descarga	136.00 m3/dia
Nut III - Concelho - Freguesia	Alentejo Central / Évora / Nossa Senhora da Tourega
Longitude	-7.973298
Latitude	38.537713
Ano de arranque	2003
Ano horizonte de projeto	2049

Caracterização da rejeição

Origem das águas residuais

Industriais	Sanitários e refeitório; Pluviais contaminadas; Outra
-------------	---

Características do Afluente Bruto

Volume máximo mensal	4136.7 (m3)
CBO5	1255.0 (mg/L O2)
CQO	3963.0 (mg/L O2)
N	1286.0 (mg/L N)
P	25.0 (mg/L P)

Designação da rejeição	ETAR do Parque de Gestão Ambiental da GESAMB - EH4
Meio Recetor	Barranco



Margem	Margem direita
Denominação do meio recetor	Afluente da Ribeira da Viscossa
Sistema de Descarga	Coletor com obra de proteção (boca de lobo)
Valorização ou reutilização	[X]
Caudal Reutilizado	136.0 m3/dia
Finalidades Efluente	Outra; Rega de jardins de uso público;
Nut III – Concelho – Freguesia	Alentejo Central / Évora / Nossa Senhora da Tourega
Longitude	-7.97228
Latitude	38.53559
Região Hidrográfica	RH6 :: Sado e Mira
Bacia Hidrográfica	1524 :: Alcacovas
Tipo de massa de água	RIO
Classificação do estado/potencial ecológico (superficial) ou estado (subterrânea) da massa de água	Razoável

Condições Gerais

- 1ª A rejeição de águas residuais será exclusivamente realizada no local e nas condições indicadas nesta licença, não estando autorizadas quaisquer outras descargas de efluentes, fim que não pode ser alterado sem prévia autorização da entidade licenciadora.
- 2ª O titular obriga-se a cumprir o disposto na presente licença, bem como todas as leis e regulamentos vigentes, na parte em que lhe for aplicável, e os que venham a ser publicados, quer as suas disposições se harmonizem ou não com os direitos e obrigações que à presente licença sejam aplicáveis.
- 3ª O titular fica sujeito, de acordo com o Decreto-Lei n.º 97/2008, de 11 de junho, ao pagamento da Taxa de Recursos Hídricos (TRH) calculada de acordo com a seguinte fórmula: $TRH = E + O$, em que E – descarga de efluentes e O – ocupação do domínio público hídrico do Estado, se aplicável.
- 4ª A matéria tributável da componente E é determinada com base no Anexo – Programa de autocontrolo a implementar.
- 5ª Sem prejuízo das sanções aplicáveis, sempre que o registo atualizado dos valores do autocontrolo, referido na cláusula 4ª, não seja entregue com a periodicidade definida na Licença, a componente E será aplicada tendo por base as características do efluente bruto estabelecidas no projeto de execução da ETAR e incluídas no anexo à presente licença.
- 6ª O pagamento da taxa de recursos hídricos devida é efetuado no ano seguinte àquele a que a taxa respeite até ao termo disposto na Nota de Liquidação respetiva e pode ser feito de acordo com o previsto no número 4 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 97/2008, de 11 de junho.
- 7ª A falta de pagamento atempado fica sujeito a juros de mora à taxa legal em vigor, conforme dispõe o número 5 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 97/2008, de 11 de junho.
- 8ª Para efeitos de fiscalização ou inspeção, o titular fica obrigado a facultar, às entidades competentes, esta licença, bem como o acesso à área, construções e equipamentos a ela associados.
- 9ª As despesas com vistorias extraordinárias inerentes à emissão desta licença, ou as que resultarem de reclamações justificadas, serão suportadas pelo seu titular.
- 10ª A presente licença pode ser revista ou revogada nos casos previstos nos artigos 28º e 32º do Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de maio.
- 11ª A entidade licenciadora reserva o direito de restringir excecionalmente o regime de utilização dos recursos hídricos, por período a definir em situações de emergência, nomeadamente secas, cheias e acidentes.
- 12ª A licença só poderá ser transmitida mediante autorização da entidade licenciadora de acordo com o disposto no artigo 26º do Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de maio.
- 13ª A licença só poderá ser transacionada e temporariamente cedida mediante autorização da entidade licenciadora de acordo com o disposto no artigo 27º do Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de maio.
- 14ª A licença caduca nas condições previstas no artigo 33º do Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de maio.
- 15ª O titular obriga-se a solicitar a renovação desta licença, no prazo de 6 meses antes do seu termo, caso se mantenham as condições que determinaram a sua atribuição.





- 16ª Esta licença não confere direitos contra concessões que vierem a efetuar-se nos termos da legislação vigente.
- 17ª O titular fica obrigado a informar a entidade licenciadora, no prazo máximo de 24 horas, de qualquer acidente ou anomalia ocorrido nas instalações que afete o cumprimento das condições indicadas nesta licença.
- 18ª Em caso de incumprimento da presente licença, o seu titular fica sujeito às sanções previstas no Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de maio.
- 19ª O titular deverá respeitar todas as leis e regulamentos aplicáveis e munir-se de quaisquer outras licenças exigíveis por outras Entidades.

Condições Específicas

- 1ª Qualquer alteração no funcionamento do sistema, mesmo que não prejudique as condições impostas nesta licença, deve ser comunicada à Entidade Licenciadora no prazo de cinco dias.
- 2ª O titular obriga-se a assumir a responsabilidade pela eficiência do processo de tratamento e/ou procedimentos que adotar com vista a minimizar os efeitos decorrentes da descarga de efluentes, atendendo às necessidades de preservação do ambiente e de defesa da saúde pública.
- 3ª O titular obriga-se a garantir que os órgãos de tratamento, à exceção dos de infiltração no solo, são completamente estanques.
- 4ª A descarga das águas residuais na linha de água não deve provocar alteração da sua qualidade que ponha em risco os seus usos e tem de ser efetuada de modo a não prejudicar o escoamento natural da corrente e a não contribuir para o aumento dos riscos de erosão no local, ficando a entidade gestora do sistema responsável pela tomada das medidas consideradas necessárias para a correção da situação a ocorrer.
- 5ª O titular obriga-se a manter o sistema de tratamento adotado em bom estado de funcionamento e conservação.
- 6ª O titular obriga-se a observar todos os preceitos legais no que concerne a segurança, gestão de resíduos e conservação da natureza e também a legislação e os regulamentos específicos das atividades complementares que simultaneamente venham a ser desenvolvidas no local.
- 7ª O titular obriga-se a manter um dossier organizado contendo as Fichas de Dados de Segurança de todas as substâncias e/ou preparações perigosas utilizadas, devidamente redigidas em língua portuguesa.
- 8ª O titular obriga-se a efetuar, quando necessário, a limpeza dos órgãos de tratamento, devendo guardar os comprovativos da sua realização, com indicação do destino final das lamas, para efeitos de inspeção ou fiscalização por parte das entidades competentes.
- 9ª O titular obriga-se a implementar as medidas de prevenção de acidentes e de emergência descritas no projeto.
- 10ª O titular da licença deve respeitar as condições de descarga indicadas no respetivo Anexo, não podendo efetuar qualquer operação deliberada de diluição das águas residuais. A avaliação de conformidade é determinada com base nos parâmetros definidos e de acordo com o mencionado no Anexo.
- 11ª O titular obriga-se a implementar o programa de autocontrolo descrito no Anexo e a enviar à Entidade Licenciadora os dados obtidos com o formato e periodicidade definidos no mesmo.
- 12ª O titular obriga-se a manter um registo atualizado dos valores do autocontrolo, para efeitos de inspeção ou fiscalização por parte das entidades competentes, conforme o modelo apresentado em Anexo.
- 13ª As condições de descarga poderão vir a ser alteradas em função dos resultados do autocontrolo e evolução da qualidade do meio receptor ou outras restrições de utilização local que o justifiquem.
- 14ª Fazem parte integrante do presente título todos os anexos autenticados que o acompanham.

Outras Condições

- 1ª A ETAR deve estar executada de acordo com o projeto e aditamentos arquivados na entidade licenciadora, datados de janeiro 2009, fevereiro 2009, abril 2009, 10/07/2009, 09/10/2009, 06/02/2014, 18/05/2016, 12/07/2016 e 21/07/2016.
- 2ª A ETAR destina-se ao tratamento das águas residuais industriais (águas lixivantes e outras águas residuais industriais) e domésticas provenientes do Parque de Gestão Ambiental da GESAMB, localizado em Herdade de Alfaroqueira - Nossa Senhora da Tourega - Évora, que inclui o aterro sanitário intermunicipal do distrito de Évora (com uma capacidade total de deposição de resíduos não perigosos (resíduos urbanos) de 1.967.948 m³, correspondente a 1.967.948 t resíduos, para uma taxa de compactação real de cerca de 1 t/m³, considerando as 5 células existentes mais 1 célula a construir), a unidade de tratamento mecânico e biológico (TMB) de Évora (com uma capacidade de tratamento de 113.000 t resíduos/ano), a unidade de produção de combustíveis derivados de resíduos (CDR) de Évora, central de triagem, ecocentro, unidade de valorização de resíduos de construção e demolição (RCD) e infraestruturas de apoio.
- 3ª O titular deve assegurar um destino final adequado para todos os resíduos resultantes do processo de tratamento das águas residuais, mediante a realização de operações de armazenagem, tratamento, valorização e/ou eliminação dos resíduos, as quais estão sujeitas a licenciamento nos termos da legislação em vigor, ou a entrega dos mesmos a um operador de gestão de resíduos devidamente autorizado para o efeito.





- 4ª O titular deve assegurar condições adequadas de impermeabilização das lagoas de regularização e de macrófitas que integram a ETAR, verificando regularmente o estado das geomembranas que as revestem, por forma a garantir a manutenção da qualidade das águas superficiais e subterrâneas e a minimizar os riscos de contaminação do solo.
- 5ª As águas residuais tratadas podem ser reutilizadas, na sua totalidade, no Parque de Gestão Ambiental da GESAMB, como água de serviço (nomeadamente em lavagens de viaturas e pavilhões, rega dos biofiltros da unidade de TMB, humedificação do composto), na rega de espaços verdes e como reserva de incêndio.
- 6ª Conjuntamente com os resultados do programa de autocontrolo, o titular deve comunicar à entidade licenciadora os caudais mensais de águas residuais rejeitados no meio hídrico através do ponto de descarga EH4 e reutilizados a partir do reservatório de permeado.
- 7ª A rejeição de águas residuais para o meio hídrico através do ponto de descarga EH1 (coordenadas: Longitude=-7,97346, Latitude=38,53614) só é permitida em situações de avaria, manutenção, emergência ou acidente, devendo ser comunicada à entidade licenciadora num prazo de 24 horas, a partir do início da sua ocorrência, com indicação do tempo previsto para a sua duração.
- 8ª O titular deve adotar as medidas mais adequadas para a cessação das descargas das substâncias perigosas prioritárias cádmio, mercúrio, antraceno, hidrocarbonetos aromáticos policíclicos e ftalato de di(2-etil-hexilo), identificadas no Anexo I do Decreto-Lei n.º 218/2015, de 7 de outubro, e para a redução gradual da poluição provocada pelas substâncias prioritárias níquel, chumbo, naftaleno, benzeno, fluoranteno, diclorometano e triclorometano, listadas no mesmo anexo, e pelos outros poluentes tricloroetileno e tetracloroetileno, indicados na parte A do Anexo II do referido decreto-lei, tendo em vista alcançar o bom estado químico das águas superficiais, através do cumprimento das normas de qualidade ambiental estabelecidas para substâncias prioritárias e outros poluentes, em conformidade com o disposto no diploma legal mencionado e nos termos do artigo 46.º da Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro.
- 9ª O titular deve adotar os procedimentos de controlo e as medidas de minimização e preventivas mais apropriadas para a redução progressiva da poluição causada pelas descargas dos poluentes específicos bário, cianetos, crómio, cobre, zinco, antimónio, arsénio, tolueno, etilbenzeno e xilenos, incluídos na lista do Anexo IX do Decreto-Lei n.º 77/2006, de 30 de março, e identificados no "Relatório de Caracterização (art.º 5.º da Diretiva Quadro da Água) do Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Sado e Mira (RH6) 2016/2021", suscetíveis de impedir que sejam alcançados os objetivos ambientais definidos para as águas superficiais.
- 10ª Na rega com águas residuais tratadas, o titular deve adotar os procedimentos que minimizem os seguintes riscos: a) Contaminação das águas superficiais ou subterrâneas com águas residuais tratadas, escoadas superficialmente ou infiltradas no solo; b) Contacto de pessoas e animais com plantas e solos regados com águas residuais tratadas; c) Arrastamento pelo vento das gotas de águas residuais tratadas e subsequente deposição das mesmas em plantas, solos ou massas de águas situadas fora da zona a regar; d) Inalação por pessoas ou animais de aerossóis produzidos pelo equipamento de rega.
- 11ª A zona a regar com efluente tratado deve estar devidamente sinalizada, de forma a permitir a imediata constatação de que constitui uma zona sujeita à rega com águas residuais.
- 12ª Nos reservatórios, bem como nos locais onde for possível ter acesso à água do sistema de rega com águas residuais tratadas, devem ser colocados avisos, bem visíveis, com o seguinte texto: "Água Não Potável".
- 13ª O titular deve elaborar semestralmente um relatório sobre a monitorização da qualidade das águas residuais reutilizadas e enviar o mesmo à Administração Regional de Saúde do Alentejo, I.P., com igual periodicidade.
- 14ª No prazo máximo de 30 dias após a data de atribuição do presente título, deverá ser apresentada uma apólice de seguro ou prestada uma caução no valor de 22.500 € (vinte e dois mil e quinhentos euros) a favor da entidade licenciadora, para recuperação ambiental, de acordo e nos termos previstos no número 2 do artigo 49.º e alínea A) do Anexo I do Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de maio, que garanta o pagamento de indemnizações por eventuais danos causados por erros ou omissões do projeto relativamente à drenagem e tratamento de efluentes ou pelo incumprimento das disposições legais e regulamentares a ele aplicáveis (minutas disponíveis no sítio da Agência Portuguesa do Ambiente, I.P. na internet em www.apambiente.pt – Instrumentos > Licenciamento das utilizações dos recursos hídricos > Formulários).

Anexos

Localização e caracterização da obra

Condições de descarga das águas residuais em condições normais de funcionamento

As condições de descarga do efluente final, de acordo com o disposto na legislação aplicável, a respeitar pelo titular da licença são as seguintes.

Observações

Independentemente das águas residuais tratadas serem rejeitadas em linha de água ou reutilizadas na rega, foram adotados como VLE os valores mais restritivos definidos nos anexos correspondentes do Decreto-Lei n.º 236/98, de 1 de agosto, designadamente o Anexo XVIII - Valores limite de emissão (VLE) na descarga de águas residuais e o Anexo XVI - Qualidade das águas destinadas à rega.

(*) Não visível na diluição 1:20.





Parâmetro	VLE	Carga máx. admissível (kg/dia)	Legislação aplicável
Ovos de parasitas intestinais (N/L)	1		(c)
Naftaleno (µg/L)	1500	0,204	(b)
Antraceno (µg/L)	1500	0,204	(b)
Selénio (mg/L Se)	0,05		(c)
Mercúrio total (mg/L Hg)	0,05	0,0068	(a)
Chumbo total (mg/L Pb)	1,0	0,136	(a)
Arsénio total (mg/L As)	1,0	0,136	(a)
Zinco (mg/L Zn)	10,0	1,360	(c)
Manganês total (mg/L Mn)	2,0		(a)
Alumínio (mg/L Al)	10		(a)
Ferro total (mg/L Fe)	2,0		(a)
Cobre total (mg/L Cu)	1,0	0,136	(a)
Níquel total (mg/L Ni)	2,0	0,272	(a)
Cádmio total (mg/L Cd)	0,05	0,0068	(c)
Crómio total (mg/L Cr)	2,0	0,272	(a)
Cianetos totais (mg/L CN)	0,5	0,068	(b)
Boro (mg/L B)	3,75		(c)
Sulfuretos (mg/L S)	1,0		(a)
Sulfatos (mg/L SO ₄)	2000		(a)
Fenóis (mg/L C ₆ H ₅ OH)	0,5		(a)
Óleos Minerais (mg/L)	15		(a)
Fósforo total (mg/L P)	10		(a)
Nitritos (mg/L NO ₂)	5		(b)
Nitratos (mg/L NO ₃)	50		(a)
Azoto amoniacal (mg/L NH ₄)	10		(a)
Azoto total (mg/L N)	15		(a)
Óleos e Gorduras (mg/L)	15		(a)
Sólidos Suspensos Totais (mg/L)	60		(a)
Carência Química de Oxigénio (mg/L O ₂)	150		(a)
Carência Bioquímica de Oxigénio (mg/L O ₂)	40		(a)
Cor (-)	Não visível (*)		(a)
pH (Escala de Sørensen)	6,0 - 9,0		(a)

Legislação

(a) Anexo XVIII do Decreto-Lei n.º 236/98, de 1 de agosto; (b) Anexo I da Portaria n.º 50/2005, de 20 de janeiro; (c) Anexo XVI do Decreto-Lei n.º 236/98, de 1 de agosto.

Avaliação de conformidade (descrição dos critérios de avaliação)

De acordo com o artigo 69.º do Decreto-Lei n.º 236/98, de 1 de agosto.

Autocontrolo

Programa de autocontrolo a implementar

Observações



As determinações analíticas conducentes à verificação do cumprimento do presente programa de autocontrolo devem ser preferencialmente realizadas por laboratórios acreditados para o efeito, devendo, nos restantes casos, ser realizadas por laboratórios que mantenham um sistema de controlo de qualidade analítica devidamente documentado e atualizado, à semelhança das orientações descritas na Diretiva 2009/90/CE, transposta para direito interno pelo Decreto-Lei n.º 83/2011, de 20 de junho. Os boletins analíticos terão de vir acompanhados da indicação dos limites de deteção, de quantificação e da incerteza. Os procedimentos de amostragem deverão ser efetuados aplicando boas práticas internacionais de laboratório a fim de reduzir ao mínimo a degradação das amostras entre a colheita e a análise.

A recolha de amostras deve ser realizada à saída do reservatório de permeado, numa caixa de visita ou noutro órgão/dispositivo adequado e construído a montante do ponto de descarga EH4 e da rede de reutilização do efluente.

O parâmetro hidrocarbonetos aromáticos policíclicos inclui os compostos benzo(a)pireno, benzo(b)fluoranteno, benzo(k)fluoranteno, benzo(g,h,i)pireno e indeno(1,2,3-cd)pireno, mas não antraceno, fluoranteno e naftaleno, que devem ser determinados separadamente.

O presente programa de autocontrolo poderá vir a ser revisto em função dos resultados analíticos obtidos.

Periodicidade de reporte:

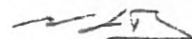
Os resultados do programa de autocontrolo, bem como as cópias dos boletins analíticos deverão ser reportados à Entidade Licenciadora com uma periodicidade mensal.

Descrição do equipamento de controlo instalado:

Medidores de caudal, caixas de visita ou outros órgãos/dispositivos adequados para recolha de amostras.

Local de amostragem	Parâmetro	Metodo analítico	Frequência de amostragem	Tipo de amostragem
Saída	pH (Escala de Sörensen)	Metodologia aplicável em conformidade com o disposto na legislação em vigor e de acordo com a Diretiva 2009/90/CE, transposta para direito interno pelo Decreto-Lei n.º 83/2011, de 20 de junho.	Mensal	Composta (i)
Saída	Carência Química de Oxigénio (mg/L O ₂)	Metodologia aplicável em conformidade com o disposto na legislação em vigor e de acordo com a Diretiva 2009/90/CE, transposta para direito interno pelo Decreto-Lei n.º 83/2011, de 20 de junho.	Mensal	Composta (i)
Saída	Carência Bioquímica de Oxigénio (mg/L O ₂)	Metodologia aplicável em conformidade com o disposto na legislação em vigor e de acordo com a Diretiva 2009/90/CE, transposta para direito interno pelo Decreto-Lei n.º 83/2011, de 20 de junho.	Mensal	Composta (i)
Saída	Sólidos Suspensos Totais (mg/L)	Metodologia aplicável em conformidade com o disposto na legislação em vigor e de acordo com a Diretiva 2009/90/CE, transposta para direito interno pelo Decreto-Lei n.º 83/2011, de 20 de junho.	Mensal	Composta (i)
Saída	Azoto total (mg/L N)	Metodologia aplicável em conformidade com o disposto na legislação em vigor e de acordo com a Diretiva 2009/90/CE, transposta para direito interno pelo Decreto-Lei n.º 83/2011, de 20 de junho.	Mensal	Composta (i)
Saída	Fósforo total (mg/L P)	Metodologia aplicável em conformidade com o disposto na legislação em vigor e de acordo com a Diretiva 2009/90/CE, transposta para direito interno pelo Decreto-Lei n.º 83/2011, de 20 de junho.	Mensal	Composta (i)
Saída	Cor (-)	Metodologia aplicável em conformidade com o disposto na legislação em vigor e de acordo com a Diretiva 2009/90/CE, transposta para direito interno pelo Decreto-Lei n.º 83/2011, de 20 de junho.	Mensal	Composta (i)
Saída	Caudal (m ³ /mês)	-	Mensal	Composta (i)
Saída	Azoto amoniacal (mg/L NH ₄)	Metodologia aplicável em conformidade com o disposto na legislação em vigor e de acordo com a Diretiva 2009/90/CE, transposta para direito interno pelo Decreto-Lei n.º 83/2011, de 20 de junho.	Mensal	Composta (i)
Saída	Nitratos (mg/L NO ₃)	Metodologia aplicável em conformidade com o disposto na legislação em vigor e de acordo com a Diretiva 2009/90/CE, transposta para direito interno pelo Decreto-Lei n.º 83/2011, de 20 de junho.	Mensal	Composta (i)





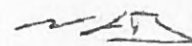
AmP

Saída	Condutividade elétrica a 20° (µS/cm)	Metodologia aplicável em conformidade com o disposto na legislação em vigor e de acordo com a Diretiva 2009/90/CE, transposta para direito interno pelo Decreto-Lei n.º 83/2011, de 20 de junho.	Mensal	Composta (i)
Saída	Nitritos (mg/L NO ₂)	Metodologia aplicável em conformidade com o disposto na legislação em vigor e de acordo com a Diretiva 2009/90/CE, transposta para direito interno pelo Decreto-Lei n.º 83/2011, de 20 de junho.	Mensal	Composta (i)
Saída	Óleos e Gorduras (mg/L)	Metodologia aplicável em conformidade com o disposto na legislação em vigor e de acordo com a Diretiva 2009/90/CE, transposta para direito interno pelo Decreto-Lei n.º 83/2011, de 20 de junho.	Trimestral	Composta (i)
Saída	Óleos Minerais (mg/L)	Metodologia aplicável em conformidade com o disposto na legislação em vigor e de acordo com a Diretiva 2009/90/CE, transposta para direito interno pelo Decreto-Lei n.º 83/2011, de 20 de junho.	Trimestral	Composta (i)
Saída	Arsénio total (mg/L As)	Metodologia aplicável em conformidade com o disposto na legislação em vigor e de acordo com a Diretiva 2009/90/CE, transposta para direito interno pelo Decreto-Lei n.º 83/2011, de 20 de junho.	Trimestral	Composta (i)
Saída	Cádmio total (mg/L Cd)	Metodologia aplicável em conformidade com o disposto na legislação em vigor e de acordo com a Diretiva 2009/90/CE, transposta para direito interno pelo Decreto-Lei n.º 83/2011, de 20 de junho.	Trimestral	Composta (i)
Saída	Chumbo total (mg/L Pb)	Metodologia aplicável em conformidade com o disposto na legislação em vigor e de acordo com a Diretiva 2009/90/CE, transposta para direito interno pelo Decreto-Lei n.º 83/2011, de 20 de junho.	Trimestral	Composta (i)
Saída	Cianetos totais (mg/L CN)	Metodologia aplicável em conformidade com o disposto na legislação em vigor e de acordo com a Diretiva 2009/90/CE, transposta para direito interno pelo Decreto-Lei n.º 83/2011, de 20 de junho.	Trimestral	Composta (i)
Saída	Crómio total (mg/L Cr)	Metodologia aplicável em conformidade com o disposto na legislação em vigor e de acordo com a Diretiva 2009/90/CE, transposta para direito interno pelo Decreto-Lei n.º 83/2011, de 20 de junho.	Trimestral	Composta (i)
Saída	Fenóis (mg/L C ₆ H ₅ OH)	Metodologia aplicável em conformidade com o disposto na legislação em vigor e de acordo com a Diretiva 2009/90/CE, transposta para direito interno pelo Decreto-Lei n.º 83/2011, de 20 de junho.	Trimestral	Composta (i)
Saída	Mercúrio total (mg/L Hg)	Metodologia aplicável em conformidade com o disposto na legislação em vigor e de acordo com a Diretiva 2009/90/CE, transposta para direito interno pelo Decreto-Lei n.º 83/2011, de 20 de junho.	Trimestral	Composta (i)
Saída	Coliformes fecais (/100 mL)	Anexo XVII do Decreto-Lei n.º 236/98, de 1 de agosto.	Trimestral	Pontual
Saída	Ovos de parasitas intestinais (N/L)	Anexo XVII do Decreto-Lei n.º 236/98, de 1 de agosto.	Trimestral	Pontual
Saída	Triclorometano (clorofórmio) (mg/L)	Metodologia aplicável em conformidade com o disposto na legislação em vigor e de acordo com a Diretiva 2009/90/CE, transposta para direito interno pelo Decreto-Lei n.º 83/2011, de 20 de junho.	Trimestral	Composta (i)
Saída	Níquel total (mg/L Ni)	Metodologia aplicável em conformidade com o disposto na legislação em vigor e de acordo com a Diretiva 2009/90/CE, transposta para direito interno pelo Decreto-Lei n.º 83/2011, de 20 de junho.	Semestral	Composta (i)
Saída	Zinco (mg/L Zn)	Metodologia aplicável em conformidade com o disposto na legislação em vigor e de acordo com a Diretiva 2009/90/CE, transposta para direito interno pelo Decreto-Lei n.º 83/2011, de 20 de junho.	Semestral	Composta (i)





AGÊNCIA
PORTUGUESA
DO AMBIENTE



Saída	Alumínio (mg/L Al)	Metodologia aplicável em conformidade com o disposto na legislação em vigor e de acordo com a Diretiva 2009/90/CE, transposta para direito interno pelo Decreto-Lei n.º 83/2011, de 20 de junho.	Semestral	Composta (i)
Saída	Fluoretos (mg/L F)	Metodologia aplicável em conformidade com o disposto na legislação em vigor e de acordo com a Diretiva 2009/90/CE, transposta para direito interno pelo Decreto-Lei n.º 83/2011, de 20 de junho.	Semestral	Composta (i)
Saída	Sulfatos (mg/L SO ₄)	Metodologia aplicável em conformidade com o disposto na legislação em vigor e de acordo com a Diretiva 2009/90/CE, transposta para direito interno pelo Decreto-Lei n.º 83/2011, de 20 de junho.	Semestral	Composta (i)
Saída	Cobre total (mg/L Cu)	Metodologia aplicável em conformidade com o disposto na legislação em vigor e de acordo com a Diretiva 2009/90/CE, transposta para direito interno pelo Decreto-Lei n.º 83/2011, de 20 de junho.	Semestral	Composta (i)
Saída	Ferro total (mg/L Fe)	Metodologia aplicável em conformidade com o disposto na legislação em vigor e de acordo com a Diretiva 2009/90/CE, transposta para direito interno pelo Decreto-Lei n.º 83/2011, de 20 de junho.	Semestral	Composta (i)
Saída	Manganês total (mg/L Mn)	Metodologia aplicável em conformidade com o disposto na legislação em vigor e de acordo com a Diretiva 2009/90/CE, transposta para direito interno pelo Decreto-Lei n.º 83/2011, de 20 de junho.	Semestral	Composta (i)
Saída	Sulfuretos (mg/L S)	Metodologia aplicável em conformidade com o disposto na legislação em vigor e de acordo com a Diretiva 2009/90/CE, transposta para direito interno pelo Decreto-Lei n.º 83/2011, de 20 de junho.	Semestral	Composta (i)
Saída	Compostos Orgânicos Halogenados (mg/L)	Metodologia aplicável em conformidade com o disposto na legislação em vigor e de acordo com a Diretiva 2009/90/CE, transposta para direito interno pelo Decreto-Lei n.º 83/2011, de 20 de junho.	Semestral	Composta (i)
Saída	Selênio (mg/L Se)	Metodologia aplicável em conformidade com o disposto na legislação em vigor e de acordo com a Diretiva 2009/90/CE, transposta para direito interno pelo Decreto-Lei n.º 83/2011, de 20 de junho.	Semestral	Composta (i)
Saída	Hidrocarbonetos policíclicos aromáticos totais (µg/L)	Metodologia aplicável em conformidade com o disposto na legislação em vigor e de acordo com a Diretiva 2009/90/CE, transposta para direito interno pelo Decreto-Lei n.º 83/2011, de 20 de junho.	Semestral	Composta (i)
Saída	Fluoranteno (mg/L)	Metodologia aplicável em conformidade com o disposto na legislação em vigor e de acordo com a Diretiva 2009/90/CE, transposta para direito interno pelo Decreto-Lei n.º 83/2011, de 20 de junho.	Semestral	Composta (i)
Saída	Cloretos (mg/L Cl)	Metodologia aplicável em conformidade com o disposto na legislação em vigor e de acordo com a Diretiva 2009/90/CE, transposta para direito interno pelo Decreto-Lei n.º 83/2011, de 20 de junho.	Semestral	Composta (i)
Saída	Boro (mg/L B)	Metodologia aplicável em conformidade com o disposto na legislação em vigor e de acordo com a Diretiva 2009/90/CE, transposta para direito interno pelo Decreto-Lei n.º 83/2011, de 20 de junho.	Semestral	Composta (i)
Saída	Bário (mg/L Ba)	Metodologia aplicável em conformidade com o disposto na legislação em vigor e de acordo com a Diretiva 2009/90/CE, transposta para direito interno pelo Decreto-Lei n.º 83/2011, de 20 de junho.	Semestral	Composta (i)
Saída	Antraceno (µg/L)	Metodologia aplicável em conformidade com o disposto na legislação em vigor e de acordo com a Diretiva 2009/90/CE, transposta para direito interno pelo Decreto-Lei n.º 83/2011, de 20 de junho.	Semestral	Composta (i)
Saída	Carbonatos/Bicarbonatos	Metodologia aplicável em conformidade com o	Semestral	Composta (i)





Handwritten signature and initials

	(mg/L)	disposto na legislação em vigor e de acordo com a Diretiva 2009/90/CE, transposta para direito interno pelo Decreto-Lei n.º 83/2011, de 20 de junho.		
Saída	Antimónio (mg/L Sb)	Metodologia aplicável em conformidade com o disposto na legislação em vigor e de acordo com a Diretiva 2009/90/CE, transposta para direito interno pelo Decreto-Lei n.º 83/2011, de 20 de junho.	Semestral	Composta (i)
Saída	Cálcio (mg/L Ca)	Metodologia aplicável em conformidade com o disposto na legislação em vigor e de acordo com a Diretiva 2009/90/CE, transposta para direito interno pelo Decreto-Lei n.º 83/2011, de 20 de junho.	Semestral	Composta (i)
Saída	Magnésio (mg/L Mg)	Metodologia aplicável em conformidade com o disposto na legislação em vigor e de acordo com a Diretiva 2009/90/CE, transposta para direito interno pelo Decreto-Lei n.º 83/2011, de 20 de junho.	Semestral	Composta (i)
Saída	Potássio (mg/L K)	Metodologia aplicável em conformidade com o disposto na legislação em vigor e de acordo com a Diretiva 2009/90/CE, transposta para direito interno pelo Decreto-Lei n.º 83/2011, de 20 de junho.	Semestral	Composta (i)
Saída	Sódio (mg/L Na)	Metodologia aplicável em conformidade com o disposto na legislação em vigor e de acordo com a Diretiva 2009/90/CE, transposta para direito interno pelo Decreto-Lei n.º 83/2011, de 20 de junho.	Semestral	Composta (i)
Saída	Flutato de di-(2-etil-hexilo) (µg/L)	Metodologia aplicável em conformidade com o disposto na legislação em vigor e de acordo com a Diretiva 2009/90/CE, transposta para direito interno pelo Decreto-Lei n.º 83/2011, de 20 de junho.	Semestral	Composta (i)
Saída	Diclorometano (µg/L)	Metodologia aplicável em conformidade com o disposto na legislação em vigor e de acordo com a Diretiva 2009/90/CE, transposta para direito interno pelo Decreto-Lei n.º 83/2011, de 20 de junho.	Semestral	Composta (i)
Saída	Tricloroetileno (µg/L)	Metodologia aplicável em conformidade com o disposto na legislação em vigor e de acordo com a Diretiva 2009/90/CE, transposta para direito interno pelo Decreto-Lei n.º 83/2011, de 20 de junho.	Anual	Composta (i)
Saída	Naftaleno (µg/L)	Metodologia aplicável em conformidade com o disposto na legislação em vigor e de acordo com a Diretiva 2009/90/CE, transposta para direito interno pelo Decreto-Lei n.º 83/2011, de 20 de junho.	Anual	Composta (i)
Saída	Benzeno (µg/L)	Metodologia aplicável em conformidade com o disposto na legislação em vigor e de acordo com a Diretiva 2009/90/CE, transposta para direito interno pelo Decreto-Lei n.º 83/2011, de 20 de junho.	Anual	Composta (i)
Saída	Tolueno (µg/L)	Metodologia aplicável em conformidade com o disposto na legislação em vigor e de acordo com a Diretiva 2009/90/CE, transposta para direito interno pelo Decreto-Lei n.º 83/2011, de 20 de junho.	Anual	Composta (i)
Saída	Etilbenzeno (µg/L)	Metodologia aplicável em conformidade com o disposto na legislação em vigor e de acordo com a Diretiva 2009/90/CE, transposta para direito interno pelo Decreto-Lei n.º 83/2011, de 20 de junho.	Anual	Composta (i)
Saída	Xilenos (µg/L)	Metodologia aplicável em conformidade com o disposto na legislação em vigor e de acordo com a Diretiva 2009/90/CE, transposta para direito interno pelo Decreto-Lei n.º 83/2011, de 20 de junho.	Anual	Composta (i)
Saída	Tetracloroetileno (µg/L)	Metodologia aplicável em conformidade com o disposto na legislação em vigor e de acordo com a Diretiva 2009/90/CE, transposta para direito interno pelo Decreto-Lei n.º 83/2011, de 20 de junho.	Anual	Composta (i)

Amostragem composta - representativa da água residual descarregada, recolhida durante um período de 24 horas: (i) com intervalos máximos de 1 hora; (ii) com intervalos máximos de 4 horas; (iii) cobrindo no mínimo três períodos diários distintos entre as 7 e as 21





AGÊNCIA
PORTUGUESA
DO AMBIENTE

horas.

O presidente do conselho diretivo da APA, IP

Nuno Lacasta



REPÚBLICA
PORTUGUESA
AMBIENTE

APA/ARH Alentejo
Av. Engenheiro Azeiteiro C. Verde, 1, 8193
7004-514 Évora
Telefone: +351 266 768 200 / Fax: +351 266 768 250
e-mail: arh.alentejo@apa.pt • www.ambiente.pt

10/12 -
L009794 2016 RI-6



AGÊNCIA
PORTUGUESA
DO AMBIENTE

Arp

Localização e caracterização da obra

Peças desenhadas com a localização da obra



REPÚBLICA
PORTUGUESA
AMBIENTE

APA/ARH/Alestejo
Av. Engenheiro Arantes e Oliveira, n.º 193
7004-514 Évora
Telefone: +351 266 768 200 / Fax: +351 266 768 230
e-mail: geral@apaambiente.pt - <http://www.apaambiente.pt>

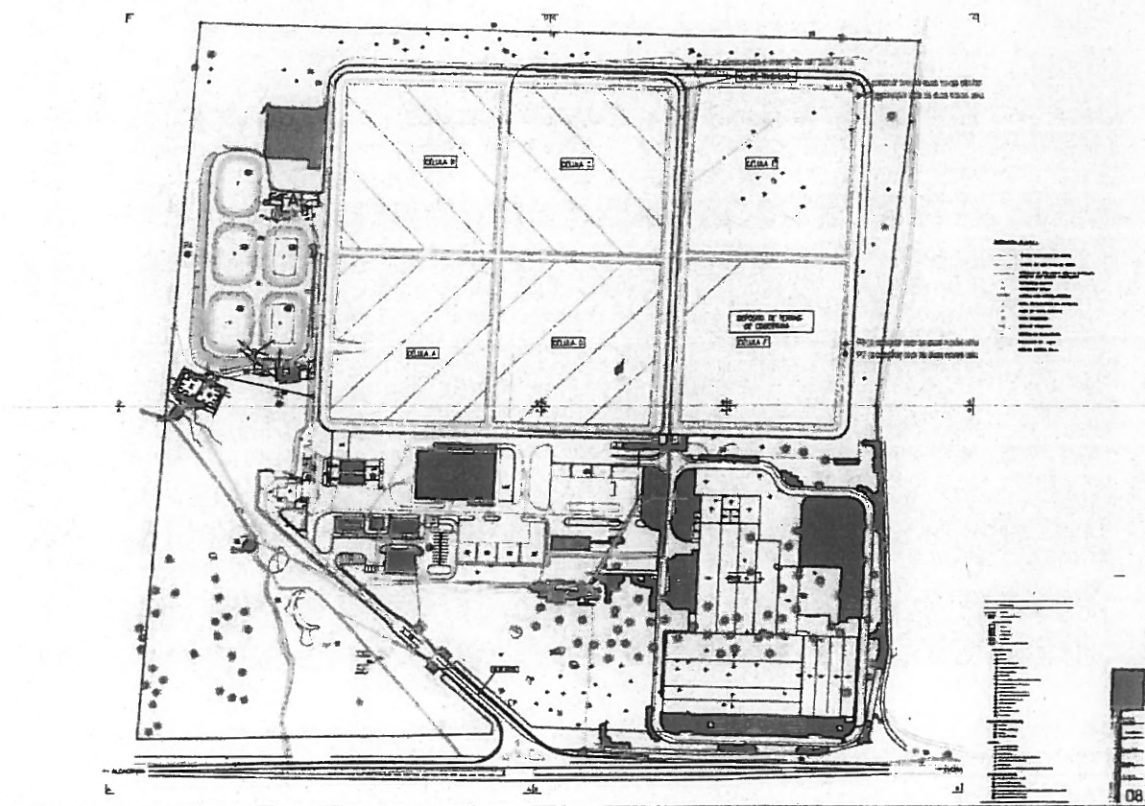
11/12 -
L009794.2016 RH-6

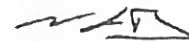


AGÊNCIA
PORTUGUESA
DO AMBIENTE

Localização e caracterização da obra

Diagrama de funcionamento (fase líquida e fase sólida)





Processo n.º: 450.10.02.02.017866.2016.RH6

Utilização n.º: CP000653.2017.RH6

Início: 2017/01/13

Comunicação Prévia - Início de Utilização dos Recursos Hídricos

Identificação

Código APA	APA00009532
País*	Portugal
Número de Identificação Fiscal*	506346773
Nome/Denominação Social*	GESAMB-Gestão Ambiental e de Resíduos, EIM
Idioma	Português
Morada*	Aterro Sanitário Intermunicipal, Estrada das Alcáçovas
Localidade*	ÉVORA
Código Postal	7000-175
Concelho*	Évora
Telefones	266748123
Fax	266 748 125

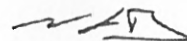
Localização

Designação da captação	Captação de água subterrânea - Furo -AC1 - Aterro Sanitário
Tipo de captação	Subterrânea
Tipo de infraestrutura	Furo vertical
Prédio/Parcela	Herdade de Alfarrobeira
Dominialidade	Domínio Hídrico Privado
Nut III - Concelho - Freguesia	Alentejo Central / Évora / Nossa Senhora da Tourega
Longitude	-7.97052
Latitude	38.53514
Região Hidrográfica	Sado e Mira
Bacia Hidrográfica	Alcáçovas

Caracterização

Uso	Coletivo
Captação de água já existente	<input checked="" type="checkbox"/>
Situação da captação	Principal
Método	Rotoperussão
Profundidade (m)	64.0
Diâmetro máximo (mm)	216.0
Profundidade do sistema de extração (m)	60.0
Cimentação anular até à profundidade de (m)	10.0
Nº ralos	1
Localização dos ralos (m)	60





Tipo	PVC
Profundidade (m)	64.0
Diâmetro máximo da coluna (mm)	140.0
Tipo de equipamento de extração	Bomba elétrica submersível
Energia	Elétrica
Potência do sistema de extração (cv)	0.6
Caudal máximo instantâneo (l/s)	5.000
Volume máximo anual (m3)	1080.0
Mês de maior consumo	julho
Volume máximo mensal - mês de maior consumo (m3)	100
Nº horas/dia em extração	1
Nº dias/mês em extração	10
Nº meses/ano em extração	12

Finalidades

Consumo Humano

Nº pessoas a abastecer	50
Nº habitações a abastecer	
Destino das águas residuais	Outro
O local é servido por rede pública de abastecimento de água	<input type="checkbox"/>
Vai ser promovido tratamento à água captada	<input checked="" type="checkbox"/>
Tipo de tratamento	desinfecção com doseamento de Hipoclorito de sódio

Condições Gerais

- 1ª A captação será exclusivamente utilizada para a(s) finalidade(s) e no local supra indicados, fim que não pode ser alterado sem prévia autorização da entidade licenciadora.
- 2ª Qualquer alteração das condições de exploração da captação deverá ser comunicada à entidade licenciadora.
- 3ª A captação que deixe de ter a função para que foi inicialmente constituída deve ser desativada no prazo de 15 dias após a cessação da sua exploração e selada de acordo com os procedimentos que este Serviço venha a indicar, tal como é referido no artigo 46º do Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de maio. A cessação bem como a interrupção prolongada da exploração de águas subterrâneas, deverá igualmente ser comunicada a este Serviço.

Outras Condições

- 1ª A captação será explorada em harmonia com a memória descritiva aprovada em 13/01/2017 pela entidade licenciadora.
- 2ª Os poços ou furos de pesquisa e captação de águas repuxantes são munidos de dispositivos que impeçam o desperdício de água.
- 3ª O utilizador é obrigado a implementar medidas adequadas à proteção e manutenção da captação, nomeadamente proceder de modo a que não haja poluição química ou microbiológica da água a explorar, por águas de pior qualidade ou outras fontes poluentes e proteger a captação, com tampa amovível e estrutura de proteção.
- 4ª Na tampa de proteção da captação, antes e depois de equipada, deve ser aberto um orifício de diâmetro não inferior a 20 mm com ligação a um tubo piezométrico, obturado por um bujão, destinado a permitir a introdução de aparelhos de medida dos níveis da água.
- 5ª A APA, I.P. reserva o direito de restringir excecionalmente o regime de utilização dos recursos hídricos, por período a definir, em situações de emergência, nomeadamente secas, cheias e acidentes/incidentes ambientais.





AGÊNCIA
PORTUGUESA
DO AMBIENTE

- 6ª Num raio de 50 m da captação, não pode existir qualquer órgão de infiltração de águas residuais, ou outras fontes poluentes de qualquer natureza, com vista a minimizar a contaminação dos aquíferos.
- 7ª A captação de água para consumo humano obriga ao cumprimento do disposto no Decreto-Lei n.º 306/2007, de 27 de Agosto. Segundo o artigo 7.º, está isenta da aplicação destas normas de qualidade a água fornecida no âmbito de sistemas de abastecimento particular que sirvam menos de 50 pessoas ou que sejam objeto de consumos inferiores a 10 m³/dia, em média, exceto se essa água for fornecida no âmbito de uma actividade pública ou privada de natureza comercial, industrial ou de serviços.
- 8ª O utilizador obriga-se a ligar à rede pública de abastecimento assim que esta estiver disponível no local.

O presidente do conselho diretivo da APA, IP

Nuno Lacasta



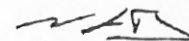
REPÚBLICA
PORTUGUESA
AMBIENTE

APA/ARH Alentejo
Av. Engenheiro Ambrósio Oliveira, n.º 193
7004-514 Évora
Telefone: +351 266 768 200 / Fax: +351 266 768 220
e-mail: apa.alentejo@apa.pt / arh.alentejo@apa.pt

32
CPAD0050 2017 RIM



AGÊNCIA
PORTUGUESA
DO AMBIENTE



Localização da utilização

Peças desenhadas da localização



REPÚBLICA
PORTUGUESA
AMBIENTE

APA/ARH Alentejo
Av. Engenheiro Américo Oliveira, n.º 153
7004-514 Évora
Telefone: +351 266 768 200 / Fax: +351 266 768 220
e-mail: apa.alentejo@apa.pt / arh.alentejo@apa.pt

44 -
CP00065-2017 RHM